



# Ministério de Minas e Energia

## Consultoria Jurídica

(Revogada pela Portaria nº 694/GM/MME, de 10 de outubro de 2022)

### PORTARIA Nº 358, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020.

~~O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 6º e 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo nº 48330.000152/2020-59, resolve:~~

~~Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos vigentes, editados no âmbito do Ministério de Minas e Energia, constante do Anexo a esta Portaria.~~

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

**BENTO ALBUQUERQUE**

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.9.2020 – Seção 1.~~

### ANEXO

#### Gabinete do Ministro

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	GM/MME	503	28/12/1999	Regulamenta o art. 20, inciso II, §§ 1º e 3º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código da Mineração
PORTARIA	GM/MME	043	25/02/2000	Define as usinas termelétricas integrantes do Programa Prioritário, de acordo com os critérios de enquadramento estabelecidos pelo Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica – CAET, e prorroga o prazo estabelecido pela Portaria MME 391, de 19.10.1999.
PORTARIA	GM/MME	551	06/12/2000	Define que as usinas termelétricas de cogeração, qualificadas pela ANEEL que entrem em operação até 31.12.2003, serão integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade 2000 – 2003.
PORTARIA	GM/MME	052	14/04/2004	Inclui no Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT, a Usina Termelétrica AES Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.
PORTARIA	GM/MME	303	18/11/2004	Definir, nos termos do § 2º do art. 2º e do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 2004, conforme critérios gerais de garantia de suprimento, os montantes da garantia física dos empreendimentos de geração de energia elétrica
PORTARIA	GM/MME	483	03/10/2005	Estabelece as diretrizes para a realização pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP de leilões públicos de aquisição de biodiesel de que trata o art. 3º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE no 3, de 23 de setembro de 2005
PORTARIA	GM/MME	112	16/05/2006	Estabelece os critérios e fórmulas de reajuste tarifário a serem utilizados pela ANEEL, para fins de elaboração do Edital de Leilão de energia elétrica, proveniente de novos empreendimentos de geração, e dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e inclui parágrafo único no art. 9º da Portaria MME 328 de 29.07.2005; Revoga as Portarias MME 510 de 20.10.2005 e 561 de 14.12.2005
PORTARIA	GM/MME	147	27/06/2006	Decide que os agentes de geração de energia elétrica, que venderem energia elétrica nos Leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, poderão solicitar à ANEEL a substituição do Índice de Atualização Monetária, pelo Índice

				Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto no Contrato de Concessão para Uso de Bem Público – UBP.
PORTARIA	GM/MME	294	28/11/2006	Decide que a ANEEL deverá analisar e decidir sobre eventuais modificações, de obrigações de entrega da energia elétrica, decorrentes de fatos alheios à vontade dos agentes de distribuição e respectivos agentes vendedores, referentes aos contratos de importação de energia elétrica e as causas que originaram a redução da garantia física.
PORTARIA	GM/MME	42	01/03/2007	Estabelece os critérios e reajuste de receitas de termelétricas que tenham celebrado CCEAR por disponibilidade.
PORTARIA	GM/MME	42	01/03/2007	Estabelece os critérios e reajuste de receitas de termelétricas que tenham celebrado CCEAR por disponibilidade. Alterada pelas Ports. 152 de 16.4.2008 e 175 de 16.4.2009. (Alterada pela Portaria nº 175, de 16/04/2009)
PORTARIA	GM/MME	46	09/03/2007	Estabelece as diretrizes para a definição da garantia física de energia e dos parâmetros de cálculo do ICB de empreendimentos a serem contratados na modalidade disponibilidade em leilões de energia.
PORTARIA	GM/MME	46	09/03/2007	Estabelece as diretrizes para a definição da garantia física de energia e dos parâmetros de cálculo do ICB de empreendimentos a serem contratados na modalidade disponibilidade em leilões de energia. Alterada pela Port. 175 de 16.4.2009. (Alterada pela Portaria nº 175, de 16/04/2009)
PORTARIA	GM/MME	292	19/10/2007	Aprova a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU PAD, para o gerenciamento das informações inerentes aos processos disciplinares instaurados, no âmbito do MME.
PORTARIA	GM/MME	374	31/12/2007	Aprova o Código de Ética e Conduta do MME.
PORTARIA	GM/MME	372	05/10/2009	Determina ser condição necessária para aprovação dos estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e suas eventuais revisões, que sejam realizados de acordo com os critérios, procedimentos e instruções, estabelecidos no Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, disponibilizado no endereço eletrônico citado; e revoga a Portaria MME 356 de 28.09.2009.
PORTARIA	GM/MME	404	09/10/2009	Estabelece os procedimentos para aprovação de projetos de dutovias de escoamento, de transferência, de transporte de petróleo, gás natural, derivados de petróleo e de gás natural ou biocombustíveis e de dutovias de distribuição dos serviços locais de gás canalizado, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e dá outra providência. Alterada pela Port. GM/MME nº 127 de 23 de fevereiro de 2011.
PORTARIA	GM/MME	406	09/10/2009	Estabelece os procedimentos para aprovação de projetos de investimento em infraestrutura de produção ou de processamento de gás natural, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e dá outra providência. Alterada pela Port. GM/MME nº 127 de 23 de fevereiro de 2011.
PORTARIA	GM/MME	463	03/12/2009	Definição da metodologia de cálculo e revisão da garantia física de energia.
PORTARIA	GM/MME	058	10/02/2010	Reconhece, com base na manifestação do CMSE, a inviabilidade de realização da licitação prevista no art. 1º, parág. 2º do Decreto 7.093 de 02.02.2010, em razão do comprometimento do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor da concessionária de distribuição Boa Vista Energia S.A.
PORTARIA	GM/MME	67	01/03/2010	Estabelece os procedimentos gerais para a obtenção de autorização com vistas à exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito – GNL no mercado de curto prazo, denominado <b>spot</b> .
PORTARIA	GM/MME	1004	28/12/2010	As instalações de transmissão de energia elétrica, relacionadas no Anexo I à presente Portaria poderão ser enquadradas nos termos do art. 17, § 7º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. (Equiparação)

PORTARIA	GM/MME	1004	28/12/2010	Enquadra no parág. 7º do art. 17 da Lei 9.074 de 07.07.1995, as instalações de transmissão energia elétrica que poderão ser enquadradas nos intercâmbios internacionais de energia elétrica e equiparadas, para efeitos técnicos e comerciais, aos concessionários de serviço público de transmissão, conforme regulação da Aneel, que definirá, em especial, a receita do agente, as tarifas, e a forma de ajuste dos contratos atuais de importação e exportação de energia, conforme condições em anexo. Alterada pela Port. 126, de 23.02.2011.
PORTARIA	GM/MME	121	08/02/2011	Aprova o Plano Nacional de Mineração 2030 – PNM 2030, o qual se encontra disponível no sítio do Ministério de Minas e Energia, na rede mundial de computadores, <a href="http://www.mme.gov.br">www.mme.gov.br</a> .
PORTARIA	GM/MME	454	26/07/2011	Autoriza a celebração de contratos específicos, no âmbito do Programa "LUZ PARA TODOS", para as obras de eletrificação rural integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS Xingu, nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, todos da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte.
PORTARIA	GM/MME	472	05/08/2011	Estabelece as diretrizes para o Processo de Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural, e dá outras providências.
PORTARIA	GM/MME	514	02/09/2011	Estabelece procedimentos de qualificação econômico financeira para fins de participação em Leilões de Energia, bem como para a elaboração de CCEARs.
PORTARIA	GM/MME	514	02/09/2011	Estabelece procedimentos de qualificação econômico financeira para fins de participação em Leilões de Energia, bem como para a elaboração de CCEARs.
PORTARIA	GM/MME	564	30/9/2011	Estabelece regras, critérios e procedimentos específicos de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE
PORTARIA	GM/MME	565	30/9/2011	Aprova as normas que regulamentam a realização da Avaliação de Desempenho Institucional.
PORTARIA	GM/MME	594	18/10/2011	Aprovado o Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf – Premissas e Diretrizes Básicas.
PORTARIA	GM/MME	596	19/10/2011	A autorização para importação e exportação de energia elétrica será outorgada à pessoa jurídica constituída, sob os ditames das leis brasileiras, com o objetivo de importar, exportar ou comercializar energia elétrica no mercado brasileiro.
PORTARIA	GM/MME	689	27/12/2011	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020, disponível na página do Ministério de Minas e Energia – MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	7	05/01/2012	Revisão da garantia física de energia em razão da mudança de combustível.
PORTARIA	GM/MME	94	05/03/2012	Estabelece os procedimentos de provocação por terceiros para a construção ou a ampliação de gasodutos de transporte de que trata o art. 4º, inciso I, da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.
PORTARIA	GM/MME	232	13/04/2012	Estabelece os procedimentos gerais para a obtenção de autorização com vistas ao exercício da atividade de importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita. Alterada pela Port. GM/MME nº 412 de 22 de novembro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	295	17/05/2012	Estabelece diretrizes para o suprimento de energia elétrica aos Países vizinhos nas situações de emergência.
PORTARIA	GM/MME	484	24/08/2012	Revisão da garantia física de energia em razão de alteração da potência instalada.
PORTARIA	GM/MME	107	25/03/2013	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2021, disponível na página do Ministério de Minas e Energia – MME, no sítio citado.

PORTARIA	GM/MME	116	04/04/2013	Estabelece diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no País.
PORTARIA	GM/MME	117	05/04/2013	Aprovar, na forma do Anexo à presente Portaria, os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
PORTARIA	GM/MME	123	17/04/2013	Resolve que os Editais dos Leilões para licitação de concessões de usinas hidrelétricas e a alocação de suas garantias físicas de energia e de potência, os contratos de concessão, de cotas de garantia física de energia e de potência e seus anexos, deverão ser elaborados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em conformidade com as diretrizes indicadas, além de outras que vierem a ser definidas pelo Ministério de Minas e Energia. Alterada pela Port. GM/MME 384 de 18.8.2015.
PORTARIA	GM/MME	130	24/04/2013	Estabelece as regras e os procedimentos para a solicitação e o recebimento, pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, de dados dos agentes da indústria do gás natural e demais interessados para fins de elaboração dos Estudos de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário.
PORTARIA	GM/MME	243	12/07/2013	Aprovar as Diretrizes para rescisão dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica, que compreendam aproveitamentos hidrelétricos outorgados até 15 de março de 2004 e que não entraram em operação até 30 de junho de 2013.
PORTARIA	GM/MME	258	02/08/2013	Determina que a Interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional fica condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão necessárias à interligação plena dos sistemas, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas, conforme regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
PORTARIA	GM/MME	279	22/08/2013	Revisão da garantia física de energia de UTE a carvão mineral, beneficiária da CDE e submetida a processo de modernização.
PORTARIA	GM/MME	311	13/09/2013	Define o Critério de Mínimo Custo Global de Interligação e Reforço nas Redes provenientes do acesso à Rede Básica por Consumidores Livres, de acordo com o Decreto 5.597, de 28 de novembro de 2005.
PORTARIA	GM/MME	317	13/09/2013	Propõe, mediante provocação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, a construção de Gasoduto de Transporte entre os Municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, sob regime de concessão precedido de licitação, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.
PORTARIA	GM/MME	396	05/11/2013	Reconhece, com deliberação do CMSE, a inviabilidade de realização da licitação em razão da emergenciabilidade de contratação de geração, em razão do comprometimento do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor da concessionária de distribuição Boa Vista Energia S.A.
PORTARIA	GM/MME	418	27/11/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá regulamentar a realização de investimentos com vistas a manter a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas Usinas Hidrelétricas, cujas concessões foram prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	418	27/11/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá regulamentar a realização de investimentos com vistas a manter a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas Usinas Hidrelétricas, cujas concessões foram prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	450	12/12/2013	Estabelece diretrizes para a licitação do Gasoduto Itaboraí-Guapimirim.

PORTARIA	GM/MME	24	16/01/2014	Aprova e determina a aplicação do “Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional”, com a definição dos procedimentos de solicitação de acesso aos sistemas de transmissão pelos consumidores livres e autoprodutores.
PORTARIA	GM/MME	32	24/01/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2022, disponível na página do Ministério de Minas e Energia – MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	128	26/03/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT 2022 e determina a continuidade do aperfeiçoamento do processo de elaboração do PEMAT.
PORTARIA	GM/MME	378	29/7/2014	Aprova as normas regulamentares para as Avaliações de Desempenho Individual e de Desempenho Institucional, bem como para a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura – GDAIE, instituída pela Lei nº 11.539, de 8/11/2007, regulamentada pelo Decreto nº 8.107, de 6/9/2013.
PORTARIA	GM/MME	484	11/09/2014	Atualização dos índices de referência de indisponibilidades forçada e programada de usinas hidrelétricas. Procedimentos para emprego do TEIF e do IP nas revisões extraordinária e ordinárias de garantia física de energia.
PORTARIA	GM/MME	492	12/09/2014	Revisão da garantia física de energia em razão de alteração da potência instalada.
PORTARIA	GM/MME	564	17/10/2014	Cálculo e revisão da garantia física de energia com base na geração de energia elétrica verificada. Revisão da garantia física de energia com base no aumento da disponibilidade de aumento de combustível e/ou eficiência energética, sem aumento da capacidade instalada.
PORTARIA	GM/MME	303	18/11/2014	Vigência das garantias físicas de energia das UHEs até 31 de dezembro de 2014. Definição das garantias físicas de energia das UTEs existentes.
PORTARIA	GM/MME	655	16/12/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2023, disponível na página do Ministério de Minas e Energia – MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	671	19/12/2014	Resolve que o montante anual de energia contratada em leilões de ajuste, por agente de distribuição, não poderá exceder a cinco por cento da respectiva carga total contratada.
PORTARIA	GM/MME	679	29/12/2014	Aprova a Política de Segurança da Informação – PSI, no âmbito do MME.
PORTARIA	GM/MME	041	26/02/2015	Reconhece a necessidade de geração de energia elétrica, de forma excepcional e temporária, disponível do Parque de Usinas Termoelétricas, na região de Manaus, Estado do Amazonas, inclusive as provenientes de contratos de locação, pelo prazo determinado.
PORTARIA	GM/MME	044	10/03/2015	Resolve que os agentes de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para incentivo à geração própria de unidades consumidoras, de acordo com as diretrizes detalhadas. Alterada pela Port. 381 de 12.08.2015.
PORTARIA	GM/MME	376	05/08/2015	Constituição do GT para analisar e propor aprimoramentos na Portaria MME nº 463/2009. Suspensão da revisão da garantia física de energia com base na energia gerada. Prorrogação conforme Portaria GM/MME nº 107 de 31 de março de 2016.
PORTARIA	GM/MME	416	01/09/2015	Estabelece procedimentos e metodologias, para as Usinas Eólicas, visando a revisão dos montantes de garantia física de energia, com base nas alterações de características técnicas, e do cálculo e revisão anual dos montantes de garantia física de energia, com base na geração de energia elétrica verificada.
PORTARIA	GM/MME	516	11/11/2015	Fixação dos percentuais autorizados de mistura voluntária de biodiesel ao óleo diesel, previstos no art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

PORTARIA	GM/MME	538	15/12/2015	Cria o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica – ProGD, e institui Grupo de Trabalho, no âmbito do ProGD.
PORTARIA	GM/MME	555	28/12/2015	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2024, disponível na página do Ministério de Minas e Energia – MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	015	20/01/2016	Reconhece a necessidade de contratação emergencial de geração termelétrica adicional, nos montantes citados e de forma excepcional e temporária, na região metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas.
PORTARIA	GM/MME	025	11/02/2016	Reconhece a necessidade de contratação de locação de unidades geradoras no montante citado, em caráter excepcional, para atender as noventa e uma localidades dos sistemas isolados atendidos pela Amazonas Distribuidora de Energia.
PORTARIA	GM/MME	101	22/03/2016	Definição da metodologia de cálculo da garantia física de energia de novos empreendimentos de geração do Sistema Interligado Nacional – SIN.
PORTARIA	GM/MME	102	22/03/2016	Estabelece as condições para cadastramento e habilitação técnica para leilões de energia nova, de fontes alternativas e de reserva.
PORTARIA	GM/MME	102	22/03/2016	Estabelece as condições para cadastramento e habilitação técnica para leilões de energia nova, de fontes alternativas e de reserva.
PORTARIA	GM/MME	120	20/04/2016	Determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, parág. 2º, da Lei 12.783, de 11.01.2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.
PORTARIA	GM/MME	120	20/04/2016	Determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.
PORTARIA	GM/MME	179	10/05/2016	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba e Usina de São José, para atender a Região Metropolitana de Manaus (AM), até a conclusão das adequações na Rede de Distribuição e a entrada em operação da primeira unidade da Usina Termelétrica Mauá 3, assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoelétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Alterada pela Port. nº 395 de 10.10.2017.
PORTARIA	GM/MME	180	10/05/2016	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba e Usina de São José, para atender a Região Metropolitana de Manaus (AM), até a conclusão das adequações na Rede de Distribuição e a entrada em operação da primeira unidade da Usina Termelétrica Mauá 3, assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoelétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
PORTARIA	GM/MME	444	25/08/2016	Estabelece diretrizes para a definição de capacidade remanescente de escoamento do SIN para fins de realização de leilões de energia nova, de reserva e de fontes alternativas.
PORTARIA	GM/MME	27	25/01/2017	Estabelece a adoção do processo eletrônico no âmbito do Ministério de Minas e Energia e institui o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências.

PORTARIA	GM/MME	41	07/02/2017	Atualização dos Parâmetros de Aversão a Risco a Cadeia de Modelos Computacionais de Suporte o Planejamento e à Programação da Operação Eletroenergética e de Formação de Preço no Setor de Energia Elétrica.
PORTARIA	GM/MME	128	30/03/2017	Os títulos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira e registros de licença) regularmente outorgados em áreas situadas dentro da Reserva Nacional de Cobre e Associados - RENCA permanecem em vigor e sujeitam-se às condições gerais estabelecidas no Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).
PORTARIA	GM/MME	178	03/05/2017	Aprovação da metodologia, dos critérios, das premissas e das configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 25 de abril de 2017. Definição dos valores revistos de garantia física de energia das UHEs Despachadas Centralizadamente no SIN.
PORTARIA	GM/MME	217	05/06/2017	Delega competência ao Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia para a prática de atos que visem estabelecer diretrizes específicas não previstas no Manual de Operacionalização do Programa "LUZ PARA TODOS" e no Manual para Atendimento às Regiões Remotas dos Sistemas Isolados, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".
PORTARIA	GM/MME	245	27/06/2017	As Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia a aprovação de Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.
PORTARIA	GM/MME	213	01/7/2017	Política de Gestão de Riscos, Integridade e Controles Internos.
PORTARIA	GM/MME	364	13/09/2017	As Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica e as Concessionárias e Autorizatórias de Geração de Energia Elétrica, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia a aprovação de Projeto de Infraestrutura de Energia Elétrica, como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.
PORTARIA	GM/MME	403	16/10/2017	Estabelece a metodologia para cálculo do Benefício Indireto de Novas Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, que possuam reservatório de regularização mensal.
PORTARIA	GM/MME	406	16/10/2017	Definição da metodologia de revisão da garantia física de energia.
PORTARIA	GM/MME	463	29/11/2017	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2026.
PORTARIA	GM/MME	464	29/11/2017	Dispensa a aplicação das condicionantes relativas aos contratos precedentes do Manual de Operacionalização do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", período 2015 a 2018, para as liberações de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, no âmbito do Contrato de Operacionalização ECOT-002 de 2017, firmado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e a Companhia Energética do Piauí - Cepisa.
PORTARIA	GM/MME	492	19/12/2017	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba, na Região Metropolitana de Manaus, (AM), até a conclusão da obra e entrada em operação do transformador da Subestação Manaus.
PORTARIA	GM/MME	496	21/12/2017	Torna pública a Nota Técnica CGCE/DGSE/SEE 11/2017, que apresenta o plano de redução estrutural das despesas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o parág. 2º-A, da Lei 10.438, de 26.04.2002; altera a Portaria MME 484, de 04.10.2016; e revoga a Portaria MME nº 466, de 30.11.2017.

PORTARIA	GM/MME	501	28/12/2017	Reconhece a necessidade de manutenção, da capacidade instalada citada, em Boa Vista, estado de Roraima, até a efetiva interligação do Sistema Isolado de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional ou até a entrada em operação de outras soluções de suprimento; e revoga a Portaria MME nº 276, de 29.06.2016.
PORTARIA	GM/MME	048	09/02/2018	Estabelece diretrizes específicas para a continuidade da atuação da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, no Programa “LUZ PARA TODOS”, no Estado do Amapá. Alterada pela Port. nº 233, de 27.05.2019.
PORTARIA	GM/MME	67	01/03/2018	Define o rito para planejamento do atendimento aos Sistemas Isolados, bem como as diretrizes gerais para realização de leilões para contratação de soluções de suprimento.
PORTARIA	GM/MME	103	22/03/2018	Define o funcionamento do Comitê RenovaBio.
PORTARIA	GM/MME	175	17/05/2018	Designa a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras como Entidade Operacionalizadora do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, com as atribuições estabelecidas no Manual de Operacionalização do Programa.
PORTARIA	GM/MME	311	27/07/2018	Estabelece diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos destinados à contratação do biodiesel necessário para atendimento à adição obrigatória ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
PORTARIA	GM/MME	318	03/08/2018	A pessoa jurídica de direito privado, titular de projeto para implantação de infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica, poderá requerer à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI dos projetos das seguintes categorias:
PORTARIA	GM/MME	339	15/08/2018	Estabelecer, nos termos desta Portaria, as seguintes diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai.
PORTARIA	GM/MME	339	15/08/2018	Estabelece diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai, por meio das Estações Conversoras de Garabi I e II e Uruguiaiana, nos municípios de Garruchos e Uruguiaiana, (RS); e da República Oriental do Uruguai, por meio das Estações Conversoras de Rivera e de Melo, no Uruguai. Alterada pela Port. nº 304, de 13.08.2020.
PORTARIA	GM/MME	353	21/08/2018	Alterar o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE do Programa “LUZ PARA TODOS”, para o ano de 2018, aprovado pela Portaria MME nº 363, de 13 de setembro de 2017, na forma do Anexo à presente Portaria.
PORTARIA	GM/MME	371	28/08/2018	Aprova o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, para o período de 2018 a 2022.
PORTARIA	GM/MME	468	31/10/2018	Reconhece a necessidade de manutenção da capacidade citada de geração termelétrica em Boa Vista, (RR), até a efetiva interligação do Sistema Isolado de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional ou até a entrada em operação de outras soluções de suprimento.
PORTARIA	GM/MME	481	26/11/2018	Diretrizes para alterações de características técnicas para empreendimentos de geração outorgados pelo MME em decorrência de terem comercializado energia em leilões de energia nova, de reserva ou de fontes alternativas.
PORTARIA	GM/MME	504	19/12/2018	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, a inclusão de custos fixos ao Custo Variável Unitário – CVU para geração de energia elétrica, de usinas termelétricas – UTEs a gás natural despacháveis centralizadamente, operacionalmente disponíveis e sem Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e cuja representação da disponibilidade seja nula no horizonte de planejamento do Programa



				Mensal de Operação – PMO. Alterada pela Portaria 128 de 25.03.2020.
PORTARIA	GM/MME	520	27/12/2018	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 – PDE 2027.
PORTARIA	GM/MME	514	27/12/2018	Regulamenta o disposto no artigo 15, parágrafo 3º, da Lei 9.074, de 07.07.1995, com o objetivo de diminuir os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores.
PORTARIA	GM/MME	131	13/02/2019	Atribui ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a execução das funções relacionadas ao suprimento eletroenergético dos Sistemas Isolados de Boa Vista e Localidades Conectadas.
PORTARIA	GM/MME	152	01/03/2019	Estabelece o cronograma estimado de promoção dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, para os anos de 2019, 2020 e 2021.
PORTARIA	GM/MME	252	17/06/2019	Regulamenta a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, considerados prioritários, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.
PORTARIA	GM/MME	273	03/07/2019	Autoriza aditamentos aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados – CCESI relativos ao suprimento de localidades situadas nos estados do Acre e de Rondônia, para fins extensão do período de suprimento até a efetiva interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme Anexo.
PORTARIA	GM/MME	301	31/07/2019	Estabelece o cronograma estimado para entrada em operação do Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo – Modelo DESSEM, com foco na adoção nas atividades de programação da operação e na formação do Preço da Liquidação das Diferenças – PLD horário no Mercado de Curto Prazo – MCP.
PORTARIA	GM/MME	358	12/09/2019	Aprova a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE do Programa LUZ PARA TODOS, para o ano de 2020, na forma do Anexo.
PORTARIA	GM/MME	389	14/10/2019	Estabelece as Diretrizes para a realização do Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominados A-4 e A-5, de 2020, na qual a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente. Alterada pela Port. 428 de 22.11.2019.
PORTARIA	GM/MME	412	07/11/2019	Instituição e normas de funcionamento do Comitê de Governança.
PORTARIA	GM/MME	418	19/11/2019	Estabelecer, nos termos desta Portaria, as Diretrizes para a Exportação de Energia Elétrica Interruptível Sem Devolução, destinada à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, proveniente de Usinas Termoeletricas em Operação Comercial Despachadas Centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Alterada pela Portaria GM/MME nº 87, de 9 de março de 2020.
PORTARIA	GM/MME	418	19/11/2019	Estabelece as Diretrizes para a Exportação de Energia Elétrica Interruptível Sem Devolução, destinada à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, proveniente de Usinas Termoeletricas em Operação Comercial Despachadas Centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN e não despachadas por ordem de mérito nem por garantia de suprimento energético. Alterada pela Port. 87 de 09.03.2020. Alterada pela Port. 305 de 14.08.2020.
PORTARIA	GM/MME	419	20/11/2019	Regulamenta a emissão, a escrituração, o registro, a negociação e a aposentadoria do CBIO (RenovaBio).
PORTARIA	GM/MME	448	04/12/2019	Institui o Comitê de Governança Digital no Ministério de Minas e Energia – CGD/MME.
PORTARIA	GM/MME	449	04/12/2019	Institui o Subcomitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – STIC.

PORTARIA	GM/MME	6	07/01/2020	Fica instituída a publicação periódica do Plano Nacional de Energia – PNE.
PORTARIA	GM/MME	021	27/01/2020	Aprova a Sistemática a ser aplicada na realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes A-4 e A-5, de 2020, bem como, altera as Portarias MME nº 389, de 14.10.2019 e nº 428, de 22.11.2019.
PORTARIA	GM/MME	38	11/02/2020	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 - PDE 2029.
PORTARIA	GM/MME	59	20/02/2020	Define os parâmetros que devem ser utilizados na aplicação das métricas do critério geral de garantia de suprimento para aferição da adequabilidade no atendimento à energia no Sistema, estabelecidas no art. 1º da Resolução CNPE nº 29, de 12 de dezembro de 2019.
PORTARIA	GM/MME	60	21/02/2020	Define procedimentos e metodologias para revisão de Garantia Física de Usinas Solares.
PORTARIA	GM/MME	74	02/03/2020	Define as premissas gerais a serem utilizadas na aplicação da metodologia no que diz respeito ao cálculo da garantia física de energia de novas Usinas Hidrelétricas – UHE e de novas Usinas Termelétricas – UTE despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; e revoga a Portaria MME nº 150, de 28.02.2019.
PORTARIA	GM/MME	071	02/03/2020	Define o prazo para que sejam informados os parâmetros e preços que formam a parcela do Custo Variável Unitário – CVU, a Receita Fixa vinculada ao custo do combustível – RFcomb e a Inflexibilidade Operativa, sob responsabilidade dos empreendedores e que se trata o art. 3º, § 14, da Portaria MME 389, de 14.10. 2019, por meio do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia – AEGE.
PORTARIA	GM/MME	086	09/03/2020	Designa a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás como órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia.
Portaria	GM/MME	117	18/03/2020	Institui o Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pela Administração Central deste Ministério, pelos Órgãos e Entidades vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas a esta Pasta.
PORTARIA	GM/MME	134	28/03/2020	Posterga a realização dos Leilões de Energia Existente, Leilões de Energia Nova, Leilões para Contratação de Soluções de Suprimento a Sistemas Isolados e Leilões para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.
PORTARIA	GM/MME	134	28/03/2020	Posterga, por tempo indeterminado, a realização dos Leilões de Energia Existente A-4 e A-5, de 2020; de Energia Nova A-4 e A-6, de 2020; para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica; e para Contratação de Soluções de Suprimento a Sistemas Isolados.
PORTARIA	GM/MME	135	28/03/2020	É considerada essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos do § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e realizada, dentre outros, pelos seguintes serviços e atividades: I pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; II beneficiamento e processamento de bens minerais; III transformação mineral; IV comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e V transporte e entrega de cargas e abastecimento da cadeia produtiva.
PORTARIA	GM/MME	133	28/04/2020	Institui o Comitê do Setor Elétrico para acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica, para articular as demandas do setor afetas ao fornecimento de energia elétrica nacional, considerando os efeitos do novo coronavírus.
PORTARIA	GM/MME	215	11/05/2020	Estabelece as Diretrizes para a elaboração do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica – POTEE do Ministério de Minas e

				Energia, desde a concepção dos Estudos de Planejamento da Transmissão até a realização dos Leilões para a Ampliação dos Sistemas de Transmissão, bem como para a autorização de Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão existentes.
PORTARIA	GM/MME	240	12/06/2020	Caberá à Agência Nacional de Mineração – ANM, no exercício da atividade de fiscalização e poder de polícia, elaborar relatório pormenorizado da atividade de lavra ilegal ou irregular constatada por meio de vistoria, com a indicação dos autores, da substância lavrada ilegalmente ou irregularmente, a indicação da quantidade lavrada e a sua qualidade, bem assim o valor por unidade e o valor global do recurso mineral usurpado.
PORTARIA	GM/MME	244	16/06/2020	Aprova o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia.
PORTARIA	GM/MME	254	23/06/2020	Autorizar a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, Agente Operacionalizador do Programa Mais Luz para a Amazônia, a transferir o Contrato ECO 014/2019 celebrado com a distribuidora Equatorial Pará, do Programa Luz para Todos para o Programa Mais Luz para a Amazônia, de acordo com o estabelecido no art. 8º do Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020, mantidos os custos e a meta física do Contrato ECO 014/2019.
PORTARIA	GM/MME	279	07/07/2020	Estabelece o cronograma para a realização das Licitações para a Concessão de Serviço Público para Transmissão de Energia Elétrica para os anos de 2020, 2021 e 2022.
PORTARIA	GM/MME	278	07/07/2020	Decide que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2020, denominado Leilão de Energia Existente “A-1”, de 2020; bem como, altera a Portaria MME nº 152, de 1º de março de 2019.
PORTARIA	GM/MME	302	05/08/2020	Estabelece diretrizes específicas para a atuação da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia, no Estado do Amapá.
PORTARIA	GM/MME	342	14/09/2020	Aprova a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE dos Programas “Mais Luz Para a Amazônia” e “Luz Para Todos” para o ano de 2021.
Portaria Interministerial	MME/MMA	475	19/12/2019	Dispõe sobre a responsabilidade dos produtores e os importadores de óleo lubrificante acabado pela coleta de todo óleo lubrificante usado ou contaminado, ou alternativamente, pelo correspondente custeio da coleta efetivamente realizada, bem como sua destinação final de forma adequada.

## Consultoria Jurídica

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	CONJUR/MME	1	28/06/2017	Delega competência aos Coordenadores Gerais da CONJUR/MME para a prática de atos de distribuição de processos e aprovação de pareceres, notas, cotas, informações e outras manifestações jurídicas.

## Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SGM/MME	21	31/01/2019	Determinar à Agência Nacional de Mineração-ANM que notifique os empreendedores de barragens de rejeitos de mineração para que informem, em 3 dias corridos, se houve e quais foram as providências adotadas quanto à segurança das Barragens em razão do risco e do dano potencial associado, de que trata a Lei 12.334/10, após o dia 26/01/2019, data do rompimento da Barragem B1 do Complexo da Mina Córrego Feijão, no Município de Brumadinho/MG.

PORTARIA	SGM/MME	40	18/02/2019	A ANM deverá encaminhar à SGM todos os atos normativos expedidos para fins de regulação de política pública do setor mineral, de forma que possam ser avaliadas sua adequação, conveniência, oportunidade e pertinência temática, inclusive para fins das devidas correções que se fizerem necessárias pelo Ministério de Minas e Energia, no campo de sua competência.
----------	---------	----	------------	---

**Secretaria-Executiva**

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SE/MME	456	20/09/2002	Estabelece critérios destinados ao uso do telefone móvel celular e de vagas para veículos na garagem no âmbito do MME.
PORTARIA	SE/MME	6	20/4/2015	Dispõe sobre procedimentos e atuação da Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD/GDAIE.
PORTARIA	SE/MME	18	17/12/2019	Fixa as Metas Globais de Desempenho Institucional do MME, para o período de 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.
PORTARIA	SE/MME	14	24/07/2020	Instituir Grupo de Trabalho denominado GT-PPSA, de natureza consultiva e temporária, com a finalidade de examinar e propor alternativas de encaminhamentos e soluções para as questões relativas aos seguintes temas inerentes à Pré-Sal Petróleo S. A. - PPSA: I - revisão, aperfeiçoamentos e proposição de soluções acerca do Contrato de Remuneração da PPSA com o Ministério de Minas e Energia; II - identificação de medidas que possam viabilizar soluções necessárias para o Pagamento do Bônus de Assinatura, à PPSA, pela União.
INSTRUÇÃO NORMATIVA	SE/MME	1	31/10/2005	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para orientar a participação de servidores em programa de capacitação, no âmbito do MME.

**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SPOA/SE/MME	56	10/5/2006	Estabelece critérios destinados à circulação de veículos e ao uso de vagas na garagem do MME.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	118	18/12/2006	Estabelece os procedimentos referentes à instauração de processo administrativo disciplinar, a serem observados pelos titulares das unidades organizacionais do MME, nas respectivas áreas de atuação. O novo Manual de Processo Administrativo Disciplinar/CGU, versão janeiro/2017, já está disponível no Portal da CGU.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	72	02/12/2010	Aprova o Manual do Programa de Estágio no MME que consolida os procedimentos técnicos e administrativos relacionados à operacionalização do Programa de Estágio, no âmbito do Ministério.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	48	04/04/2012	Norma de Funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).
PORTARIA	SPOA/SE/MME	78	10/9/2012	Dispõe sobre procedimentos e atuação da Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	7	09/01/2013	Regimento Interno da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério de Minas e Energia (SubSIGA-MME).
PORTARIA	SPOA/SE/MME	45	15/08/2019	Determina a identificação visual das áreas de acesso restrito e de acesso sensível no âmbito do MME.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	48	23/08/2019	Disciplina, de acordo com o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), os procedimentos para utilização dos limites de empenho e de pagamento relativos a dotações constantes da Lei Orçamentária Anual e aos Restos a Pagar no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) e suas unidades vinculadas.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	22/9/2000	Estabelece procedimentos para controlar o acesso e a saída de pessoas e materiais, no âmbito das dependências do Ministério.

Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/02/2006	Estabelece regras e procedimentos para administração e uso dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), no âmbito do MME (alterada pela NO SPOA nº 007, de 7/10/2009, e NO/SPOA nº 3, de 20/2/2019).
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	17/11/2006	Dispõe sobre o controle das produções bibliográficas do Ministério.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	5	11/3/2008	Estabelece critérios para administração de bens patrimoniais móveis, no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	6	2/10/2009	Estabelece procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores do MME, por motivo de afastamento a serviço, no País ou no exterior. (Alterada pela NO SPOA nº 008, de 23/12/2009).
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/9/2010	Dispõe sobre as regras básicas para a gestão de documentos e processos (DocFlow), no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	18/07/2012	Dispõe sobre o ressarcimento de custo dos serviços de reprodução de documentos no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/07/2013	Dispõe sobre o acesso e o uso da rede sem fio no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	04/02/2019	Estabelece orientação, critérios e procedimentos para uso dos equipamentos e serviços de impressão no MME.
Nota Informativa	SPOA/SE/MME	10	21/10/2015	Resumo das medidas de racionalização do gasto público estabelecidas nos Decretos nº 8.540, de 9/1/2015 e 8.541, de 13/10/2015, sobre a utilização de telefones celulares corporativos, uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.
Ofício-Circular	SPOA/SE/MME	9	25/9/2019	Medidas de contenção de gastos no âmbito do MME.
Memorando	SPOA/SE/MME	17	18/12/2015	Procedimentos Operacionais sobre Utilização de Celulares Corporativos, dirigido aos titulares do MME.
Manual do Serviço Médico			2011	Dispõe sobre os serviços prestados pela Unidade de Assistência Médica, Psicológica, Odontológica e de Enfermagem do MME.

**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**  
**Coordenação-Geral de Recursos Humanos**

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	CGRH/SPOA/SE/MME	36	03/04/2013	Dispõe sobre os procedimentos relativos à entrega, devolução, perda ou dano do “button” e do crachá funcional, no âmbito do MME.
PORTARIA	CGRH/SPOA/SE/MME	68	19/08/2015	Define o valor a ser cobrado na emissão de 2ª via do “button” e do crachá funcional referente a perda, extravio, dano e não devolução à CGRH/SPOA.
Norma Operacional	CGRH/SPOA/SE/MME	4	22/09/2000	Estabelece procedimentos relacionados à jornada de trabalho e administração de frequência de servidores do MME, por meio de controle eletrônico.

**Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	17/09/2001	Dispõe sobre o reconhecimento do interesse estratégico da Usina Hidrelétrica Belo Monte, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	17/09/2001	Propõe medidas governamentais de fomento a programas de eficiência energética, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	05/12/2001	Autoriza a ELETRONUCLEAR a retomar ações relativas ao empreendimento de geração termonuclear da Usina de ANGRA III, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	21/08/2002	Propõe diretrizes para a proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de energia nos Leilões Públicos de Energia Elétrica. (alterada pela Resolução CNPE nº 20, de 17 de dezembro de 2002)

RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	21/08/2002	Propõe diretrizes para regulamentar a redução do número de submercados de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	21/08/2002	Propõe a aplicação dos Valores Normativos vigentes até a data da edição da Resolução ANEEL nº 248, de 6 de maio de 2002, para a energia gerada pelos empreendimentos que especifica, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	17/09/2002	Estabelece condições para a retomada do empreendimento de Angra III pela Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	17/09/2002	Estabelece diretrizes para celebração, substituição e aditamento de contratos de fornecimento de energia e para política tarifária e de preços da energia vendida pelas concessionárias ou permissionárias de serviço público de geração ou de distribuição de energia elétrica. (alterada pela Resolução CNPE nº 20, de 17 de dezembro de 2002)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	13	22/11/2002	Estabelece regulamentação para o disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 64, de 26 de agosto de 2002.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	22/11/2002	Estabelece diretrizes para revisão da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	19	17/12/2002	Determina a continuidade na análise dos reflexos da aplicação da metodologia de revisão tarifária periódica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e os seus impactos na capacidade de investimento e de prestação de serviço por parte das concessionárias de distribuição.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	04/04/2003	Estabelece diretrizes para a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na definição de critérios para cálculo do fator "X", quando da revisão tarifária periódica, a ser aplicado nos reajustes tarifários anuais dos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica, na forma estabelecida nas Leis nos 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nos Contratos firmados entre o Poder Concedente e as Concessionárias.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	22/05/2003	Estabelece diretrizes para o suprimento emergencial de energia elétrica para atendimento dos Sistemas Isolados do Norte do Brasil, em especial na região metropolitana de Manaus - AM.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	22/05/2003	Define diretriz para a realização de leilões de excedentes de energia elétrica das concessionárias e autorizadas de geração, a serem realizados exclusivamente com consumidores finais, nos termos do inciso I, § 5º do art. 27 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pelo art. 6º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	16/12/2003	Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a fixação do Mecanismo de Representação de Aversão a Risco de Racionamento, previsto na Resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE nº 109, de 24 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	17/11/2004	Define o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do sistema elétrico interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	08/12/2004	Autoriza a realização da 7ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de gás natural e petróleo em 2005, bem como a elaboração de estudos, os quais serão aprovados previamente pelo Conselho Nacional de Política Energética, com vistas a seleção das áreas a serem oferecidas nesta rodada.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	13/04/2005	Define os blocos exploratórios e campos marginais a serem ofertados na 7ª Rodada de Licitações para exploração e produção de gás natural e petróleo em 2005.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	23/09/2005	Reduz o prazo de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	23/02/2006	Autoriza a realização da 2ª Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais - Campos Marginais para a produção de petróleo e gás natural em 2006.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	06/04/2006	Autoriza a elaboração de estudos visando à realização da 8ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural em 2006.

RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	18/05/2006	Autoriza a realização da 8ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, em 2006.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	21/11/2006	Autoriza a elaboração de estudos visando à realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	25/04/2007	Estabelece diretrizes visando garantir a coerência e a integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	25/06/2007	Autoriza a realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural em 2007.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	28/09/2007	Indica a Usina Hidrelétrica denominada UHE Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, no Estado de Rondônia, como projeto de geração com prioridade de licitação, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	03/10/2007	Estabelece diretrizes gerais para a realização de leilões públicos para aquisição de biodiesel, em razão da obrigatoriedade legal prevista na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	08/11/2007	Estabelece diretrizes específicas para a realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	05/12/2007	Estabelece diretrizes para a formação de estoques de biodiesel.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	20/12/2007	Estabelece diretrizes para a utilização da Curva de Aversão ao Risco – CAR, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	24/04/2008	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina, no ano de 2008, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	03/07/2008	Dispõe sobre o aproveitamento do potencial hidráulico para fins energéticos do rio Xingu, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	22/07/2008	Determina que as instalações de transmissão integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN e de distribuição de energia elétrica, amortizadas ou depreciadas, sejam incluídas nos estudos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução CNPE nº 4, de 13 de maio de 2008, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	22/07/2008	Dispõe sobre a decisão relativa à Oitava Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	28/07/2008	Define o critério de cálculo das garantias físicas de energia e potência de novos empreendimentos de geração e do planejamento da expansão da oferta de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	03/09/2008	Autoriza a realização da Décima Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e da Terceira Rodada de Campos Marginais.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	02/12/2008	Dispõe sobre a decisão relativa à Oitava Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	16/09/2009	Estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	08/12/2009	Estabelece diretrizes para a exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito – GNL.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	08/12/2009	Dispõe sobre a decisão relativa à 8ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	01/09/2010	Aprova os termos do contrato a ser firmado para a cessão onerosa pela União à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho 2010.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	25/03/2011	Estabelece o número de submercados de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	03/05/2011	Indica os projetos de geração de energia elétrica denominados Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão como projetos estratégicos de interesse público, estruturantes e prioritários para efeito de licitação e implantação, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	28/03/2012	Autoriza a inclusão da modalidade de suprimento de energia elétrica interruptível, com necessidade de devolução da energia suprida, para a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, e estabelece diretrizes específicas para seu fornecimento.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	18/12/2012	Cancela a 8ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	18/12/2012	Autoriza a realização da Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	07/02/2013	Estabelece política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	19/02/2013	Autoriza a inclusão de novos blocos na Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	06/03/2013	Estabelece diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	22/05/2013	Autoriza a realização da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	25/06/2013	Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção para a Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	25/06/2013	Autoriza a realização da Décima Segunda Rodada de Licitações de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	09/10/2013	Estabelece diretriz para os contratos da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	24/06/2014	Aprovar a contratação direta da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal, no regime de partilha de produção, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	03/06/2015	Autoriza a realização da Décima Terceira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, em 2015.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	18/09/2015	Estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	21/09/2015	Autoriza e define diretrizes para comercialização e uso voluntário de biodiesel.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	08/12/2015	Cria o Comitê Técnico para Eficiência Energética com o objetivo de propor estratégias para a promoção da eficiência energética, bem como sua inserção no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	20/01/2016	Dispõe sobre a sistemática de apuração dos preços mínimos do petróleo para o cálculo de royalties e Participação Especial, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	03/03/2016	Dispõe sobre medidas de incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural em território brasileiro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	07/04/2016	Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	02/08/2016	Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações de Campos Marginais.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	02/08/2016	Autoriza a realização de estudos para a Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás



				natural e para a Segunda Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	14/12/2016	Dispõe sobre as competências e diretrizes para alteração dos dados de entrada, dos parâmetros e das metodologias da cadeia de modelos computacionais utilizados pelo setor elétrico, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	14/12/2016	Estabelece diretrizes para os procedimentos de individualização da produção em situações onde as jazidas de petróleo e gás natural se estendam para áreas não contratadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	14/12/2016	Estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural, cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, com o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	14/12/2016	Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	14/12/2016	Estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	11/01/2017	Instituir o Comitê Gestor de Informações Energéticas, com a finalidade de garantir a integração, coerência, qualidade e oportunidade de informações e estatísticas energéticas, necessárias à formulação de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	02/02/2017	Autoriza a realização da segunda rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos respectivos contratos.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	02/02/2017	Recomenda à ANP que analise a prorrogação da Fase de Exploração dos contratos de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural da 11ª Rodada de Licitações.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	16/03/2017	Estabelece diretrizes para alteração da metodologia de cálculo do Preço de Referência do Petróleo pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	11/04/2017	Autoriza a realização da Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	11/04/2017	Estabelece diretrizes para definição de Conteúdo Local em áreas unitizáveis e aprova as exigências de Conteúdo Local para Rodadas de Licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural a serem conduzidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	11/04/2017	Recomenda à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP que analise a prorrogação da Fase de Exploração dos Contratos de Blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural da 12ª Rodada de Licitações.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	11/04/2017	Autoriza a realização da Terceira Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção na Área do Pré-Sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	11/04/2017	Estabelece diretrizes para o planejamento plurianual de licitações de blocos e campos para exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como para a realização das mesmas no biênio 2018 – 2019, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	11/04/2017	Dispõe sobre diretrizes para a importação de biocombustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	12/05/2017	Estabelece os parâmetros técnicos e econômicos de licitação de concessões de geração de energia elétrica. (Alterada pela Resolução nº 19, de 22.8.2017)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	13	08/06/2017	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Segunda e da Terceira Rodadas de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	08/06/2017	Estabelece diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis a ser proposta pelo Poder Executivo, cria o Comitê de Monitoramento do

				Abastecimento de Etanol e o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	08/06/2017	Estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis, com o objetivo de embasar a proposição de medidas que contribuam para a garantia do abastecimento nacional, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	08/06/2017	Altera o plano plurianual de rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural para o biênio 2018–2019, aprovado pela Resolução CNPE nº 10, de 11 de abril de 2017. (Alterada pela Resolução nº 9, de 05/06/2018)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	08/06/2017	Estabelece a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e dá outra providência.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	18	08/06/2017	Estabelece diretrizes relativas à aplicação de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e fornecedores de combustível.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	21	09/11/2017	Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações sob o regime de partilha da produção na área do pré-sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	22	09/11/2017	Autoriza a realização da Décima Quinta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	23	09/11/2017	Estabelece a adição obrigatória, em volume, de dez por cento de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	25	19/12/2017	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Quarta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	21/03/2018	Estabelece diretrizes para que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP avalie a possibilidade de adotar exigências de Conteúdo Local distintas daquelas vigentes nos Contratos assinados até a Décima Terceira Rodada de Concessão, da Primeira e Segunda Rodadas de Partilha de Produção e da Cessão Onerosa.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	21/03/2018	Estabelece diretrizes para definição de Conteúdo Local na Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios sob o Regime de Concessão, no âmbito do processo de Oferta Permanente de áreas a ser iniciado em 2018, sob condução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	04/05/2018	Definir como estratégicas as áreas de Saturno e Titã, autoriza a realização da Quinta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, aprova os parâmetros técnicos e econômicos do certame e atualiza o planejamento plurianual de rodadas. (Alterada pela Resolução nº 11, de 27.7.2018)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	05/06/2018	Estabelece as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	05/06/2018	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Quinta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	05/06/2018	Autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a incluir na licitação, sob o regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente, as áreas que foram objeto das Rodadas Zero a Seis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	05/06/2018	Estabelece diretrizes para o planejamento plurianual de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural no biênio 2020–2021.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	11/09/2018	Recomendar ao Ministério de Minas e Energia o envio prévio, para análise do Tribunal de Contas da União, das minutas do Edital e do Contrato da Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados sob regime de Cessão Onerosa, bem como da minuta de Aditivo ao referido Contrato.

RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	09/10/2018	Estabelece condições iniciais para a viabilização da usina nuclear Angra 3, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	29/10/2018	Estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	29/10/2018	Dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	17/12/2018	Autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a realizar a Décima-Sexta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão. (Alterada pela Resolução nº 3, de 20/03/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	18	17/12/2018	Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a realizar a Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, aprovar os parâmetros técnicos e econômicos do certame e definir como estratégica a área denominada Bumerangue. (Alterada pela Resolução nº 7, de 09/05/2019 e pela Resolução nº 19, de 05/09/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	19	17/12/2018	Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a Sétima e a Oitava Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção, nos anos de 2020 e 2021, respectivamente.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	11/02/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	28/02/2019	Estabelece diretrizes para a realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de Cessão Onerosa. (Alterada pela Resolução nº 13, de 11/06/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	09/04/2019	Aprova os termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e recomenda à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP que analise o processo administrativo referente ao ressarcimento dos gastos efetivamente incorridos pela Petrobras com a perfuração do Poço 2-ANP-1-RJS.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	17/04/2019	Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção. (Alterada pela Resolução nº 8, de 09/05/2019, e pela Resolução nº 20, de 06/09/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	09/05/2019	Estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	21/05/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	21/05/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	04/06/2019	Estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis no País, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	24/06/2019	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, e dá outras providências. (Alterada pela Resolução nº 28, de 12/12/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	24/06/2019	Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	24/06/2019	Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	29/08/2019	Revoga a Resolução CNPE nº 4, de 24 de novembro de 2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o gás liquefeito de petróleo GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg, e dá outra providência.

RESOLUÇÃO	SE/CNPE	21	13/09/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	24	18/10/2019	Autoriza a realização da Décima Sétima Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	25	22/10/2019	Aprova as alterações nos termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	27	12/12/2019	Institui o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	29	12/12/2019	Define o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do sistema elétrico interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	04/06/2020	Estabelece diretrizes para a comercialização, por produtor, de etanol hidratado combustível — EHC diretamente com Revendedor Varejista de Combustíveis Automotivos e Transportador Revendedor Retalhista — TRR, na hipótese deste poder vir a comercializar EHC.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	04/06/2020	Dispõe sobre a redução de royalties e o incentivo às empresas de pequeno ou médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	18/08/2020	Dispõe sobre a prorrogação de Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em território brasileiro.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	18/08/2020	Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.

#### Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico — CMSE

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
RESOLUÇÃO	GM/CMSE	1	2005	Estabelece diretrizes para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS proponha medidas especiais de segurança a fim de garantir o suprimento eletroenergético em situações decorrentes de eventos de grande relevância.
RESOLUÇÃO	GM/CMSE	1	2016	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico — CMSE